

FACULDADE
SANTA TERESA



FACULDADE
SANTA TERESA



PLANO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

PPI



FACULDADE
SANTA TERESA



SUMÁRIO

1.FACULDADE SANTA TERESA E SUA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	03
1.1 A Pedagogia Universitária e os Cursos de Graduação, um diálogo necessário e possível.	09
1.1.1 O Programa de Pedagogia Universitária da faculdade Santa Teresa	12
2. FILOSOFIA INSTITUCIONAL	14
2.1 Missão; Objetivos e Valores Institucionais	14
2.1.2 Objetivos Institucionais	14
2.1.3. Valores Institucionais	15
2.2 Planejamento Didático Instrucional e Política de Ensino de Graduação	16
2.3 Políticas e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, de Inovação tecnológica e Desenvolvimento Artístico e Cultural.	18
2.4 Políticas Institucionais Voltadas a Valorização da Diversidade, do meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade étnico-racial	18
3. ENSINO E APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ACADÊMICO	20
3.1 Política Acadêmica e Ações Administrativas para os Cursos de Graduação	22
3.1.1 Critérios para Seleção de Conteúdos e elaboração de Currículos dos projetos pedagógicos de Curso e Atualização Curricular Sistemática	24
3.2 Ações de Apoio ao Ensino	26
3.2.1 Projetos Transversais e Interdisciplinares	27
3.3. Técnicas e Estratégias de Ensino	29
3.3.1 Aulas Práticas	31
3.4 Promoção de Ações Inovadoras de Ensino	32
3.5 Integração da TIC's	33
3.6 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Não-obrigatório	35
3.7 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	36
3.8 Avaliação da Aprendizagem	38
3,8.1 Sistemática de Avaliação da Aprendizagem na Faculdade Santa Teresa	41
3.9 Políticas Institucionais de Extensão	44
3.9.1 Práticas de Extensão	44
3.9.2 Formas de Operacionalização da Extensão	44
3.10 Políticas institucionais de Estimulo a Produção Acadêmica Discente	62
3.11. Programas de Apoio a realização e Participação de Eventos	63

1. FACULDADE SANTA TERESA E SUA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Faculdade Santa Teresa entende a educação como uma ação tipicamente humana. Desde que o homem se reconhece como tal, onde houver algum tipo de interação humana existe educação. Admitimos que, numa perspectiva histórico-cultural, nossa humanidade é construída por um processo contínuo de internalização de símbolos e significados da cultura que imprime em nós os aspectos de nossa humanidade, como aponta Vigotsky (2007, p.58): “A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com os signos”. Ainda com o mesmo autor: “A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana.” (VIGOTSKY 2007, p.58)

Assim, imersa no mundo da cultura humana e envolta em atos educativos é que se constitui nossa ontologia, como aponta Freire (1999, p.51):

A partir das relações do homem com a realidade, resultante de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz Cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiando e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade [...] É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas.

Resgatar a dimensão humana da educação é tarefa urgente é necessária, condição *sine qua non* para entendermos a afirmação de que o médico é, por si, um educador. Educar deve ser entendido no seu sentido de totalidade, como uma atividade humana transformadora, que implica necessariamente a melhoria e o desenvolvimento de outrem. É neste sentido que afirmamos que aquele que educa não é necessariamente o professor, e que há uma distinção importante que devemos enfatizar.

É claro que enquanto ação humana o ato educativo permeia toda a práxis pedagógica: contudo, o trabalho que o docente realiza é, para, além disso, um trabalho realizado dentro de determinadas condições materiais e subjetivas também já sinalizadas no capítulo anterior.

Enquanto trabalho docente, este também deve promover uma transformação no sentido marxista do termo: trabalho enquanto transformação do mundo e das coisas do mundo em prol da existência humana. Reside no trabalho docente uma essência também transformadora, a de transformar vidas e promover a partilha do patrimônio cultural erguido historicamente. O trabalho docente, nos termos deste texto deve, portanto, ser visto pelo viés crítico a fim de promover uma transformação sempre no sentido emancipatório, exigindo, pois, daquele que o exerce, “uma qualificação que vai além do conjunto de capacidades e conhecimentos que o trabalhador deve

aplicar nas tarefas que constituem seu emprego” (ENGUIITA, 1991, p. 232 apud, AZZI, 1999, p.56).

É, pois, nestes termos que gostaríamos de dialogar sobre o tema da formação dos professores universitários e dos saberes que os constituem na prática de seus ofícios. Por que tratamos de ofícios? Porque, como Arroyo (2000, p.18) aponta,

O termo ofício remete a artífices, remete a um fazer qualificado, profissional. Os ofícios se referem a um coletivo de trabalhadores qualificados, os mestres de um ofício que só eles sabem fazer, que lhes pertence, porque aprenderam seus segredos, seus saberes e suas artes. Uma identidade respeitada, reconhecida socialmente, de traços bem definidos.

São esses traços bem definidos, estas condições de realização de um trabalho, e o conjunto de saberes que nos remetem à docência como profissão. Já para a trajetória desde ofício, que se constitui num trajeto único para cada professor, o qual envolve a sua dimensão pessoal e profissional, assumimos o termo professoralidade. Dois conceitos distintos, mas que quando articulados fornecem a dimensão da complexidade de ser e fazer à docência, especialmente no ensino superior.

Sabemos que a docência comporta saberes distintos que só podem ser separados didaticamente, esses saberes foram identificados de acordo com a classificação realizada por Pimenta (1999) – **da experiência; do conhecimento; e pedagógicos**. Sabemos também que os professores universitários possuem conhecimento de uma determinada área (de conhecimento) que os habilita para a docência. Também reconhecemos que aqueles que não são oriundos das licenciaturas possuem poucos saberes pedagógicos (pelo menos é o que se espera deles), já que tradicionalmente os cursos de bacharelado não possuem matérias pedagógicas e as especializações em nível *lato* e o *stricto sensu*, resumem a formação pedagógica a uma disciplina e, quando mais generosa, a um estágio docente.

Na ausência desses saberes pedagógicos, a prática pedagógica tem maior dificuldade de se tornar práxis, pois na falta de informação e de formação a ação do docente acaba se estruturando, com frequência, na experiência cotidiana, pessoal, e na repetição de modelos docentes que foram por estes vivenciados enquanto alunos.

Nesta direção, assumimos como Cunha (1998) a existência de dois paradigmas: O Paradigma Dominante e o Paradigma Emergente. O primeiro é presidido pela racionalidade científica. O segundo por um modelo de fazer ciência mais aberto, flexível e, principalmente, alinhado às questões de cunho social.

Para o primeiro, o ato de conhecer “significa quantificar, isto é, reconhecer e repetir características, similaridades, atributos e semelhanças. Há, ainda, um rompimento com o

conhecimento do senso comum, já que a ciência se propõe a ver como funcionam as coisas e não se preocupa em saber o fim das coisas, isto é, sua perspectiva valorativa. (CUNHA, 1998, p.27). Na perspectiva de um paradigma dominante é preciso reduzir o objeto do conhecimento a sua menor parte, para dominá-lo e conhecê-lo. Um modelo disciplinar e disciplinador para onde converge a especialidade e a especialização cada vez mais profunda, na prevalência das partes sobre o todo.

O segundo paradigma, denominado de emergente, se apresenta como um modo de compreender o processo de construção do conhecimento de maneira menos dualista, menos excludente, menos segregado e, por consequência, menos disciplinado e disciplinador. Neste paradigma emerge outra concepção do ato de conhecer e, por extensão, uma nova maneira de relacionar o sujeito do conhecimento com o objeto de conhecimento, uma vez que

Tende a não ser dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até a pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza /cultura, natural/ artificial, vivo/animado, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual (SANTOS, 1987, p.39).

No mundo das certezas irrefutáveis, emerge um modo de pensar a ciência, fora do campo da neutralidade, reconhecendo seu caráter intencional e político, enquanto produção humana e histórica.

Está para o Paradigma Dominante a ideia de um currículo linear, inflexível, onde **a aprendizagem dar-se-á por etapas previamente definidas e sucessivas, sempre na direção do mais simples para o mais complexo (do ponto de vista de quem ensina)**. Estaria também aí contida uma postura por vezes autoritária, na organização dos fluxos de aprendizagem, nos critérios de avaliação, nos percursos de formação que já se encontram pré-definidos pelo professor e devidamente alocados nos documentos da burocracia pedagógica e acadêmica. Portanto, o espaço da crítica fica reduzido; o estímulo à curiosidade para descobrir novas formas de fazer, de aprender e de ensinar, também se reduz. Quando não há crítica, quando não há curiosidade, a sala de aula se apequena a uma dimensão reprodutivista das coisas.

Ao contrário deste, no Paradigma Emergente surge outra pedagogia, com currículos mais abertos e flexíveis, e que assumem caráter menos disciplinador. Um currículo não demasiadamente pré-fabricado. Um currículo que permite outros trânsitos de conhecimento, outros percursos formativos e que disciplinam menos os corpos e mentes. Um paradigma emergente, pós-moderno, nos termos em que Freire já utilizava em 1992 no seu livro *Pedagogia da Esperança*, indicando uma pedagogia na qual:

Quanto mais tolerantes, quanto mais transparentes, quanto mais críticos, quanto mais curiosos e humildes, tanto mais assumem autenticamente a prática docente. Numa tal perspectiva, indiscutivelmente progressista, muito mais pós-moderna, como entendo a pós-modernidade, que moderna, e nada “modernizante”, ensinar não é a simples transmissão do conhecimento em torno do objeto ou do conteúdo. Transmissão que se faz muito mais através da pura descrição do conceito do objeto a ser mecanicamente memorizado pelos alunos. Ensinar, ainda do ponto de vista pós-modernamente progressista de que falo aqui, não pode reduzir-se a um mero ensinar os alunos a aprender através de uma operação em que o objeto do conhecimento fosse o ato mesmo de aprender. Ensinar a aprender só é válido, desse ponto de vista, repita-se, quando os educandos aprendem a aprender ao aprender a razão de ser do objeto ou do conteúdo. (FREIRE, 1992, p.81).

Antes que pensem que advogamos um perigoso “*laissez-faire*”, um ensino sem endereçamento algum, é bom fazer um esclarecimento. Acreditamos fundamental o professor e o conhecimento que este detém acerca de um determinado objeto, ou acerca de um conjunto de práticas, ou habilidades. Como diria Vigotsky (2007), entender que a aprendizagem é sempre um ato mediado, por um objeto portador de conhecimento, como os livros, ou por um parceiro mais experiente na cultura, no caso – o professor. **Um professor que seja capaz de reconhecer nos seus alunos os níveis distintos de aprendizagem e de propor bons problemas para colocar as estruturas mentais e cognitivas em movimento, desenvolvendo as capacidades superiores.**

Assim ressaltamos que trabalhar na perspectiva de uma pedagogia **ativa não significa entregar ao aluno a responsabilidade única pelo seu aprendizado, nem tampouco colocá-lo para realizar tarefas aleatórias, sem planejamento, sem uma dada organização didática. De certo não se pode ensinar o que se desconhece.**

Em um estudo, intitulado “O Bom Professor e sua prática”, Cunha (1998) analisa as características do que seria **um bom professor universitário para os seus alunos**. Atenta para as referências valorativas, a autora afirma que entre os seus achados, “o mais significativo foi o de compreender que mesmo os bons professores ainda trabalham preponderantemente, na perspectiva da reprodução do conhecimento- paradigma dominante - e que esta é uma posição aceita pelos alunos” (CUNHA, 1998, p.34).

Os professores desse mesmo estudo possuem um grande número de habilidades para ensinar e inúmeras qualidades humanas, entretanto, segundo a própria autora, não conseguem desenvolver nos alunos aquelas habilidades voltadas para o desenvolvimento intelectual deles, abordagem que seria mais próxima do paradigma emergente, tais como a habilidade de contribuir para que o aluno se torne autônomo intelectualmente e a permitir a este que, seguindo a sua curiosidade, possa realizar suas próprias pesquisas acerca das coisas que lhe inquietam. Parece-

nos que as marcas da educação bancária são por demais poderosas e persistem, apesar dos esforços de muitos.

E como podemos proceder para que alunos e professores entendam e corporifiquem as necessidades dos novos tempos? Mudem suas convicções e substituam métodos de ensino por métodos de aprendizagem? Bem, primeiro compreendendo que a docência é uma profissão. Neste caso não se trata apenas de uma extensão do “ser médico”, “do ser advogado” ou qualquer outra profissão, ser professor no Ensino Superior é mais que uma tarefa, é uma profissão, um ofício que requer, assim como qualquer outra profissão, preparo e formação contínua e permanente.

Vários são os autores que se dedicam a discutir a docência como profissão. Dentre eles podemos destacar Perrenoud (2001); Gimeno Sancristán (1995); Nóvoa (1992); Tardif (2000); Isaia (2006) Pimenta e Anastaciou (2008). Estes autores não só discutem o percurso que leva à profissionalização da docência, como também enfatizam as especificidades desta profissão quando pensada em termos de uma docência universitária. Vejamos, pois, algumas dessas proposições.

Iniciando por Perrenoud (2001), a profissionalização se orienta para a obtenção de um ofício, o qual possui características próprias, funções específicas, como uma formação que habilita o professor para tal, dentro de um sistema de normas, regras, valores pré-existentes. Há um conteúdo a ser aprendido, um conjunto de saberes a ser dominado, e um complexo de competências a ser desenvolvido, para que se possa bem ensinar. A atualização constante, por meio da formação continuada e permanente, é, para este autor, o mecanismo privilegiado de desenvolvimento profissional.

Nóvoa (1992), por sua vez, afirma que a profissionalização se constitui como um processo, por meio do qual aqueles que o executam, podem melhorar gradativamente seu desempenho, seus rendimentos e sua autonomia. Profissionalizar-se seria a via pela qual os professores poderiam assumir o controle efetivo do seu ofício tendo não só um melhor desempenho nas funções de ensino, mas também a valorização e o reconhecimento social da sua profissão.

Tardif (2000), por sua vez, assinala a existência de certa ambiguidade no discurso acerca da profissão professor. Para o autor existe um discurso socialmente reproduzido que remete à importância do professor para a sociedade, valorizando portanto a profissão, assim como existe uma conjuntura econômica e social que compromete esta valorização, produzindo um efeito oposto:

De fato, se admitirmos que o movimento de profissionalização é, em grande parte, uma tentativa de renovar os fundamentos epistemológicos do ofício de professor, então devemos examinar seriamente a natureza desses fundamentos e extrair daí elementos que nos

permitam entrar num processo reflexivo e crítico a respeito de nossas próprias práticas como formadores e como pesquisadores. [...] chamamos de epistemologia da prática profissional o estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos professores em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar sua tarefa. (TARDIF, 2000, p. 10)

Nestes termos, entendemos, que a palavra profissionalização está relacionada ao processo estruturado da formação do professor e de sua atuação no seio da sociedade. O professor é aquele que ensina, havendo uma estrutura para sua formação e um lugar específico para o desenvolvimento de seu ofício (as instituições formais de educação), contudo, esta é uma primeira aproximação para explicar a complexidade da docência. Por isto, nesta tese preferimos o termo professoralidade para expressar o caminho formativo e de desenvolvimento profissional do “ser” professor, entendido aqui como tendo uma dimensão individual, coletiva e única de seu ofício.

Por professoralidade acatamos a definição de Oliveira (2003) quando este afirma que o processo de construção do sujeito professor ocorre ao longo da sua trajetória pessoal e profissional, envolvendo espaços e tempos em que o professor constrói e reconstrói o exercício da docência. Desta feita, pensar na dimensão da professoralidade, no ensino superior, envolve uma série de questões que vão desde a indagação sobre a função dos professores, passando pela discussão sobre qual a natureza desta profissão e do processo formativo que a constitui, e pela discussão sobre o papel das instituições educacionais nos quais estes atuam.

Neste particular, formação e desenvolvimento profissional entrelaçam-se em um conjunto intrincado de possibilidades, onde estão em jogo o saber e o saber-fazer da profissão, não como dados *a priori*, mas construídos ao longo da carreira docente, no processo de desenvolvimento profissional, na interação com seus pares, nas experiências vividas como aluno e como professor, e em todo conjunto discursivo que o professor produz a partir dessas circunstâncias.

Assim a professoralidade não é um dado da natureza daqueles que obtiveram um título ou um conhecimento específico dos conteúdos pedagógicos necessários à atividade de ensinar. Para, além disso, ela é um fazer/fazer-se professor que coloca em jogo as motivações subjetivas da escolha da profissão, o imaginário compartilhado sobre o magistério, os conhecimentos adquiridos e/ou aprendidos para tal.

Retomando a influência teórica de autores da vertente histórico-cultural, já citados, podemos tratar do conceito de professoralidade como uma produção sócio-histórica do “ser professor”, num processo contínuo de construção da sua identidade, mediado pelos determinantes sociais e culturais que o cercam, uma atividade direcionada para a formação dos processos psicológicos superiores, já que estes têm por fundamento a atividade produtiva do homem.

Leontiev (1983), afirma que a atividade guarda uma estreita relação entre um objeto e um motivo, ou seja, uma atividade é uma movimentação psíquica realizada a fim de se cumprir um

objetivo, tendo na base um motivo, pois como argumenta o autor, o condicionante primário da atividade é sempre uma necessidade.

Acrescenta, ainda, que outros elementos orientam também a direção de uma dada atividade. Neste sentido, as condições de vida dos indivíduos e o lugar que estes ocupam no sistema de relações sociais que o circundam fornecem também a direção do desenvolvimento da psique humana, num processo de trocas intersubjetivas, de sucessivas e contínuas internalizações do mundo externo que, reelaborado pelo sujeito, produz dialeticamente sua individualidade.

Pensar a professoralidade dentro destes referenciais é supor a existência de uma atividade orientada para se produzir como professor. Uma produção que se revela nas entrevistas realizadas, como única, como é toda experiência humana. Esta singularidade torna cada coordenador/médico/professor único, numa caminhada que é particular e coletiva, na medida em que é mediada pelos elementos coletivos do tempo vivido que o orientam para se construir e se reconhecer como professor, e orientam também o exercício da docência em diferentes frentes de atuação.

Assim, no campo universitário, é necessário o estabelecimento de políticas institucionais e interinstitucionais, para que o professor faça a passagem da sua condição de “especialista de sua disciplina para professor da mesma” (ISAIA E BOLSAN, 2006, p.5), em processos formativos que envolvam não só a detenção ou aperfeiçoamento de saberes especializados de sua área de formação ou atuação, próprios do que se pretende ensinar, mas, sobretudo, a articulação desses saberes com outras dimensões que compõem os saberes da docência, os quais, fornecerão o suporte para que a prática pedagógica se torne práxis, por meio da reflexão contínua e permanente do que se faz, tomando a ação do professor como atividade (ação motivada e orientada para um objetivo).

Dentro desta perspectiva, esperamos que a função humanizadora e emancipatória da educação e da universidade possa ser garantida, e torne essa instituição local de trocas efetivas, de esclarecimento, de superação da condição de alienação de professores e alunos; de onde emergirá outra concepção de conhecimento, tendo vista uma epistemologia que ultrapasse a fragmentação de saberes, a divisão entre saberes científicos e profissionais, assumindo a docência com uma postura integradora, interdisciplinar e transversal do conhecimento, na perspectiva da totalidade.

1.1 A Pedagogia Universitária e os Cursos de Graduação, um diálogo necessário e possível.

Tomando para si como objeto as práticas educativas e pedagógicas a partir das trocas e intercomunicações com outras ciências, num espaço de múltiplas determinações de caráter

eminentemente interdisciplinar, **o ato de ensinar na universidade é repleto de complexidade**, e coloca à pedagogia novos desafios e novas demandas.

A pedagogia tem no ato educativo, seu principal objeto. Ao pedagogo, enquanto cientista da educação, pois é assim que o entendemos, cabe se ocupar da educação e das práticas pedagógicas, como objeto de reflexão e investigação sistemática, em toda sua complexidade.

Assim, onde houver práticas educativas, onde houver trabalho pedagógico, o pedagogo pode atuar como agente transformador, na busca de melhorias contínuas dos processos que envolvem a educação, e o faz por meio do diálogo com outras epistemologias, com outros parceiros - no caso os professores, em diferentes níveis de educação.

A pedagogia se faz assim, como uma ciência do diálogo, das trocas, da intercomunicação, para onde convergem saberes e práticas de diferentes ordens, se constituindo, portanto, como uma ciência dialética. Nesta direção, o pedagogo é aquele profissional que promove, anima, examina e reexamina, criticamente, as práticas pedagógicas, sempre na perspectiva da construção de novas sínteses superadoras.

Tal entendimento é fundamental e extremamente relevante, quando pensamos na inserção deste profissional no campo da pedagogia universitária, onde, o “território da docência é, do ponto de vista teórico, um universo um tanto desconhecido” (ALMEIDA; PIMENTA, 2011, p. 8). Sobre isto dizem as autoras:

O fazer em sala de aula se sustenta, em grande parte, num tripé, fruto da combinação entre a reprodução do que se realiza em sua atuação profissional específica, as experiências progressas vividas enquanto aluno; e aquilo que vem sedimentando por meio da própria atuação enquanto professor (ALMEIDA; PIMENTA, 2011, p. 8)

Estas considerações apresentadas se evidenciam, cada vez mais, no contexto da expansão de vagas no ensino superior, na diversidade de cursos que se constroem em resposta às novas demandas econômicas, sociais e tecnológicas da atualidade, e também na revisão dos cursos tradicionais como os de medicina e direito, por exemplo, na última década têm sido atualizados e revistos por aqueles que constituem seu corpo docente, bem como pelos profissionais das área específica, os quais sofrem influências de suas entidades representativas, pressionados pelas novas necessidades conjunturais que a estes se apresentam.

Há ainda que considerar as mudanças normativas, os textos legais e a influência que as instâncias legais e formativas como a Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, nas quais se pode observar interesses diversos, e, embates entre diferentes projetos de educação e de nação. Conflitos que expressam as divergências entre a sociedade civil e política, para ser mais preciso.

A Universidade é uma instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento a partir da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos e de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que esta coloca. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados inclusive nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar, na experimentação e na análise dos projetos de extensão, por meio das relações que são estabelecidas entre os sujeitos e os objetos do conhecimento. (ALMEIDA; PIMENTA, 2011, p. 21)

As mesmas autoras acima citadas destacam que, para cumprir tal desígnio o ato de ensinar na Universidade exige um docente capaz de organizar seu trabalho pedagógico de maneira distinta da costumeiramente praticada e afirmam:

Na docência, como profissional que realiza um serviço à sociedade, o professor universitário precisa atuar de forma reflexiva, crítica e competente no âmbito da sua disciplina, explicitando seu sentido, seu significado e sua contribuição no percurso formativo dos estudantes e no projeto político-pedagógico dos cursos, coletivamente definido e vivenciado no cotidiano do ensino e da pesquisa. (ALMEIDA; PIMENTA, 2011, p. 24)

Esta outra maneira de conceber a Universidade e à docência no Ensino Superior sugere que ao professor são colocadas novas demandas que a formação inicial e a formação *lato e stricto sensu*, grosso modo, não conseguem atender. Sim, é claro que existem professores que possuem uma sensibilidade pedagógica que lhes permite desenvolver à docência com excelência, criativa e, por vezes, inovadora, sem que tenham formação para tal. Há um elemento que escapa à lógica racionalista, para o que tudo tem uma razão de ser.

Nesses casos existe um dado da subjetividade que nos escapa, que não tratamos como vocação e sim como compromisso político desses educadores. Compromisso político que faz com que a aprendizagem e o desenvolvimento dos seus alunos sejam desejados, buscados e realizados. Professores que se inquietam quando percebem que suas aulas não apresentam o efeito esperado, não provocam mudanças, não promovem aprendizagem.

Existem ainda aqueles que, por conta própria, vão em busca de aprender a ser professores, que buscam qualificação docente fora da universidade, fazem cursos, participam de encontros e tentam desenvolver ferramentas adequadas para melhor ensinar, e vão construindo sua professoralidade também pelo caminho da formação continuada, de maneira solitária, estabelecendo interfaces com a pedagogia e se construindo como professores universitários.

Contudo esse louvável esforço pessoal em formar-se para melhor formar, movido pelo interesse genuíno na aprendizagem de seus alunos, o qual também fora identificado em muitas ocasiões nas entrevistas que compõem esta investigação, não deve ser relegada a esta dimensão apenas individual, da vontade de cada um.

Como sabemos, um projeto pedagógico estabelecido e que cumpra seus fins educativos é sempre um processo coletivo. É preciso que os professores tenham condições, e espaços

adequados para a troca de experiências, para aprender uns com os outros, para acessar a consciência crítica de suas escolhas pedagógicas e, por fim, expandir a consciência de si, por meio da reflexão sobre as muitas possibilidades de ensinar.

Neste sentido, é fundamental que se criem políticas institucionais com a finalidade de desenvolvimento profissional, que supere a lógica instrumental com o pretense objetivo de ensinar a ensinar. Não se trata disso. Uma política pressupõe um interesse com o bem coletivo e, no caso que tratamos, um interesse voltado para a valorização das atividades de ensino na graduação. Como Almeida e Pimenta (2011) nos colocam, em favor de:

uma real valorização do empenho na formulação de políticas institucionais de formação, estáveis e permanentes, voltadas **para o aprimoramento da atividade de ensinar** [...] (grifo nosso, p. 30)

1.1.1 O Programa de pedagogia Universitária da Faculdade Santa Teresa

Na sociedade conhecida como sociedade da informação ou do conhecimento, a informação circula com velocidade e é componente intrínseca a tudo que é produzido em meios oficiais ou não-oficiais de divulgação. No entanto, para o processo de construção do conhecimento, é fundamental a conversão da informação em conhecimento, função primordial das instituições escolares.

Nos cursos de graduação e pós-graduação, há a produção do conhecimento científico e esta tem se intensificado nos últimos anos em todas as áreas, com a intenção de gerar qualidade a todas as ações desenvolvidas na sociedade. Desta maneira, o Programa de Formação Continuada se pretende num espaço de estudo e reflexão sobre a docência, possibilitando a construção e reconstrução de conhecimentos relacionados à prática pedagógica. O Programa de Formação Docente, está disponível para consulta e possui os seguintes objetivos.

Objetivos:

Consolidar os princípios pedagógicos definidos no Projeto Político-Pedagógico Institucional - Dimensão Graduação;

- ✓ Qualificar o perfil do docente da FACULDADE SANTA TERESA;
- ✓ Promover a troca de experiências acerca da ação pedagógica entre os docentes;
- ✓ Organizar atividades institucionais sobre a pedagogia universitária;
- ✓ Articular o programa com as diferentes áreas e seus respectivos cursos, detectando necessidades específicas para o desenvolvimento de ações de qualificação pedagógica;

- ✓ Articular o programa com a avaliação interna e externa, nas suas diferentes dimensões;
- ✓ Organizar a Capacitação para os novos Docentes da IES, no início de cada semestre letivo.

Modalidades de apoio:

- ✓ Palestras;
- ✓ Oficinas;
- ✓ Cursos;
- ✓ Assessoria.

2.1 Missão, objetivos, valores institucionais

Em acordo com que os indicadores de avaliação preconizam, e a legislação do ensino superior determina, o Ensino superior assenta-se no tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão. Também de acordo com a literatura especializada que se ocupa de refletir acerca dos princípios e finalidades desde nível de ensino, é possível afirmar que o ensino superior deve numa perspectiva sistêmica, formar para uma dada profissionalização articulada ao mundo do trabalho e suas necessidades, deve ainda observar a formação humana e ética dos seus académicos, e por fim deve cumprir uma missão importantíssima que se revela no retorno da comunidade com capital humano qualificado, a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo de da mesma.

Deste modo, em acordo com o Instrumento e Avaliação para credenciamento de IES: A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, se comunicam com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização académica), e devem possibilitar ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio de projetos de responsabilidade social.

Assim a FACULDADE SANTA TERESA, expressa o compromisso com a educação superior de qualidade, pretendendo formar profissionais que conjugam a competência para o mundo do trabalho com o compromisso com o desenvolvimento da sociedade, por meio de sua **MISSÃO**:

Promover a disseminação e a construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia.

2.1.2 Objetivos institucionais

Para a realização de sua missão institucional a FACULDADE SANTA TERESA, pretende cumprir com os seguintes objetivos:

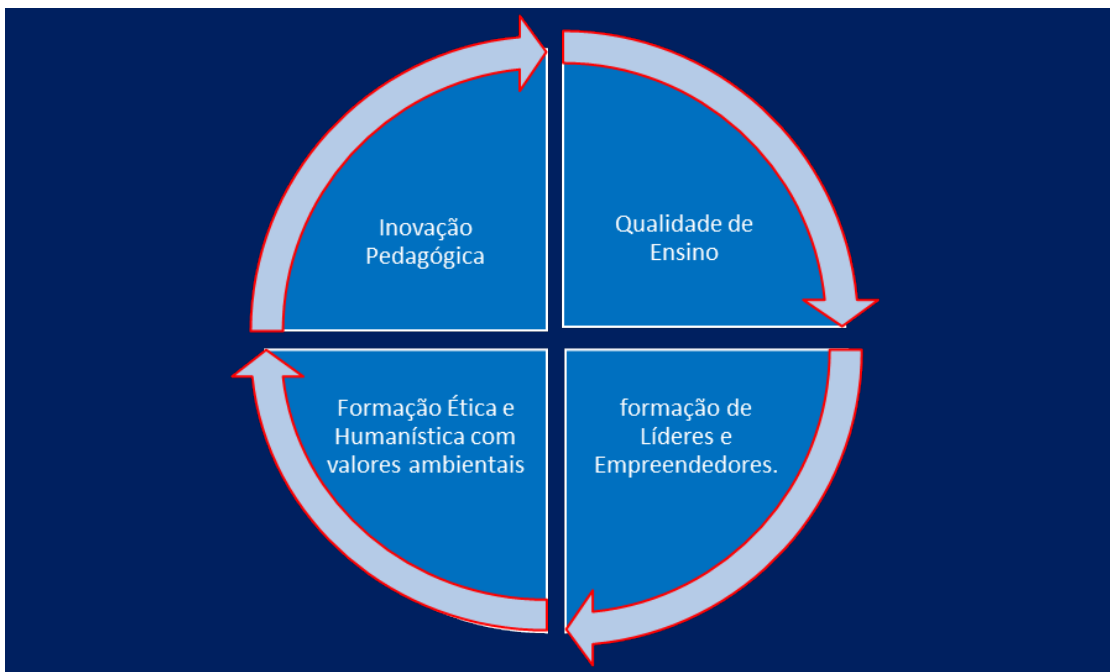
- a) Proporcionar sólida formação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão;
- b) Estimular a pesquisa e a extensão como processos de construção e atualização de conhecimentos, considerando a inserção do aluno na realidade social.
- c) Favorecer condições para que o aluno atue como profissional, capaz de interpretar e interagir numa determinada realidade, de forma a produzir conhecimento,

inovação e desenvolvimento para a sociedade a partir da sua formação profissional;

- d) Proporcionar uma formação crítica e reflexiva que dê condições aos egressos de exercer a liderança, de apresentar capacidade de decisão, de definir tomada de decisões assertivas;
- e) Estimular o exercício da cidadania, da responsabilidade socioambiental e da ética na vida pessoal e profissional.
- f) Promover um ambiente de respeito às diferenças culturais, favorecendo a inclusão por meio de ações afirmativas e sócio-educacionais.

2.1.3 Valores Institucionais

Os valores institucionais podem ser vistos como um conjunto de crenças, ou princípios, que definem e facilitam a participação das pessoas no desenvolvimento da missão, visão e dos próprios valores. Os valores dão o suporte, ao trabalho educativo da IES, sendo estes fundamentais para o alcance de sua missão. São eles:



2.2 Planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e pós-graduação.

A FACULDADE SANTA TERESA a partir da sua atuação no cenário da educação superior se propõe a realizar um trabalho pedagógico que incorpore em suas práticas educativas, métodos de ensino e técnicas no campo da didática, orientada para o desenvolvimento de competências privilegiando o uso de metodologias ativas de ensino. Nossa proposta de avaliação da aprendizagem se encontra articulada a metodologia de ensino, e também se orienta para avaliação de competências desenvolvidas pelos alunos.

O currículo neste enfoque, se apresenta organizado em dois planos: o primeiro plano chamamos de **plano horizontal**, de onde propomos desenvolver os princípios pedagógicos da interdisciplinaridade. Já o segundo plano, **chamamos de vertical** e representa o enfoque transversal, a partir principalmente da abordagem de temas relativos as relações étnico-raciais, direitos humanos, inclusão e questões ambientais.

Não nos passa despercebido que na direção do desenvolvimento das competências previstas tanto nos marcos legais (DCN's) e presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação na modalidade presencial, e em níveis de pós-graduação, neste sentido, os conteúdos curriculares, são tomados como objetos complexos e tridimensionais, onde conceitos, habilidades e atitudes se entrecruzam passando a ser objeto de trabalho sistemático em sala de aula.

Os aspectos de inovação pedagógica também estão presentes na organização do trabalho pedagógico, a partir da inserção de elementos tecnológicos de complementação e enriquecimento dos conteúdos e das aprendizagens, no realização de atividades pedagógicas com o uso de jogos, vídeos, e demais recursos didáticos disponíveis, no uso dos laboratórios (para o curso com esta previsão) , na inserção do contexto do mundo do trabalho nas atividades de sala de aula, com desenvolvimento de projetos ou atividades *incompany*.

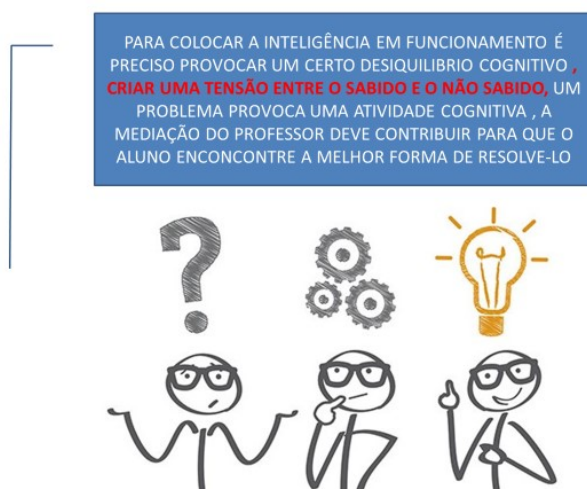
Assim, os planos de aprendizagem são elaborados no sentido de garantir uma dada organização pedagógica a partir de sequências didáticas planejada para assegurar o alcance dos objetivos propostos no componente curricular e o desenvolvimento de competências previstas nos projetos pedagógicos do curso.

Neste sentido, a política de ensino de graduação e pós-graduação da FACULDADE SANTA TERESA tem como seus princípios, a construção coletiva, a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e a problematização do saber, como elementos essenciais para a construção

de aprendizagens significativas, duradouras e capazes de proporcionar a melhor inserção do aluno no mercado de trabalho com preparo técnico-científica que resulte em autonomia intelectual e profissional. Assim, visando sempre a excelência educacional a FACULDADE SANTA TERESA, orienta o ensino dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

- ✓ Ação pedagógica centrada no aluno, sobre o qual manter-se-á processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
- ✓ Ação pedagógica integrada por objetivos de aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;
- ✓ Ação pedagógica crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo etc.;
- ✓ Ação pedagógica articulada entre ensino, pesquisa e extensão garantindo produção de conhecimento com contribuição social, colocando suas políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional;
- ✓ Ação pedagógica sensível e comprometida com os problemas da comunidade, assumindo a corresponsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional.

Esquemáticamente a problematização implica em colocar a inteligência em funcionamento por meio da problematização:



Tendo em vista as Políticas de Ensino de Graduação e Pós-Graduação, com a incorporação de avanços tecnológicos e metodologias que incentive a inovação e a interdisciplinaridade, considerando ainda a missão institucional prevista no PDI, e ainda o ato autorizativo em questão Credenciamento na modalidade a distância para EAD, a FACULDADE SANTA TERESA projeta para o quinquênio deste PDI, as seguintes metas de trabalho:

2.3 Políticas e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural.

Tendo em vista as Políticas de Pesquisa e Iniciação Científica, considerando a missão institucional, e ainda o ato autorizativo em questão, a FACULDADE SANTA TERESA projeta, os seguintes objetivos de trabalho, a serem desenvolvidos neste momento no que compete a pesquisa, a iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.

- ✓ Implantar as Políticas Institucionais e ações acadêmico- administrativas para a pesquisa e a iniciação científica, tecnológica e cultural.
- ✓ Implantar o Programa de Incentivo à Produção Científica, utilizando a produtividade docente como mecanismo de promoção na carreira.
- ✓ Implantação do Núcleo de Incentivo à Pesquisa e Inovação Tecnológica da Faculdade Santa Teresa.
- ✓ Implantação a Política de Incentivo à Produção e Publicação didático-pedagógica, tecnológicas, artísticas e culturais, bem como publicações científicas tendo em vista a instituição de revistas e periódicos científicos da IES.
- ✓ Implantação a Política de Incentivo a criação, desenvolvimento e manutenção de grupos de pesquisa e de participação de eventos.
- ✓ Implantar a Política de Relacionamento com a Comunidade externa e interna, incluindo a criação de mecanismos de relacionamento virtual e de atendimento, para a divulgação de cursos e das ações de pesquisa.
- ✓ Implantar o programa de Apoio ao Discente para a participação em eventos internos e externos da Instituição, bem como o de incentivo à produção discente.
- ✓ Implantação Programa de Convênios Institucionais que garantam a troca de experiência entre alunos de diferentes instituições favorecendo a prática do intercâmbio científico e cultural.

2.4 Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial.

Tendo em vista as Políticas de Educação Ambiental, de Produção Artística de Patrimônio Cultural, de direitos humanos considerando a missão institucional, a FACULDADE SANTA TERESA projeta para o quinquênio deste PDI, as seguintes metas de trabalho:

- ✓ Criar e Implantar ações de extensão, ensino e pesquisa que promovam a diversidade étnica e cultural da Amazônia.
- ✓ Elaborar e executar projetos voltados para os temas da diversidade étnica, linguística, ambiental e cultural da Amazônia;
- ✓ Organizar eventos no espaço institucional com atividades que promovam cultura, diversidade e meio ambiente;
- ✓ Implementar ações de valorização da memória e do patrimônio cultural e ambiental da Amazônia.
- ✓ Criar e difundir de espaços de memória e de valorização ao patrimônio cultural local

3. O ENSINO E A APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ACADÊMICO

Reafirmando suas intenções e compromissos com a efetivação de um projeto educacional pautado na conquista de uma formação científica de qualidade e na formação humana, a FACULDADE SANTA TERESA apresenta suas políticas acadêmicas que se estabelece em uma ambiência de participação, responsabilidade, inovação na busca da excelência no trabalho desenvolvido.

Focada nessas premissas norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua política acadêmica:

- Recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de idéias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade.

DIVERSIDADE

- Aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida.

VIVÊNCIA

- Pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

**INTERDISCIPLINARIDADE
E TRANSVERSALIDADE**

- Recomenda que o ensino e aprendizagem, tenham como ponto de partida problemas reais e concretos, acerca dos quais os alunos devem colocar tudo o que já sabem em jogo e articulação na busca da sua resolução.

PROBLEMATIZAÇÃO

- Recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido.

PROXIMIDADE

- Recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a seqüência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas.

DIREÇÃO

- Recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem.

ADEQUAÇÃO

- Recomenda-se que o ensino esteja pautado na articulação entre atitudes, procedimentos e conceitos na perspectiva da construção das competências que constituem o perfil do egresso de cada curso.

ORIENTADA PARA A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

- Recomenda-se que as instituições busquem novas oportunidades na busca de diferenciais competitivos. Deve-se portanto utilizar-se da inovação e capacidade de criação para a melhoria dos processos de ensino; pesquisa e extensão, formando recursos humanos capazes de responder aos desafios do presente e do futuro.

INOVAÇÃO

A Política de Ensino da FACULDADE SANTA TERESA incentiva a produção do conhecimento em relação com contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica, integrando o conhecimento a partir das **INOVAÇÕES METODOLÓGICAS**, que promovam sempre as relações entre teoria-prática e ensino-serviço. A Política de Ensino deve considerar também os princípios da **INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE** do conhecimento com abordagens mais abertas dos conteúdos curriculares e percursos mais flexíveis de formação, entendendo, pois, que todo espaço pode ser educativo desde que receba a adequada mediação pedagógica, não se restringindo a sala de aula. Dessa forma, as políticas de ensino assumem os seguintes compromissos gerais:

Incentivar e implementar o trabalho **INTERDISCIPLINAR, MULTIDISCIPLINAR E TRANSDISCIPLINAR.**

Ampliar o universo de atividades da **FACULDADE SANTA TERESA** dentro de suas áreas de atuação, **NA MODALIDADE PRESENCIAL.**

Estimular o desenvolvimento de ações relativas à **EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

3.1. Política acadêmica e ações administrativas para os cursos de graduação.

A FACULDADE SANTA TERESA mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração e implantação de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais documentos legais pertinentes. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino, nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa, além de considerar a atualidade e a pertinência dos conteúdos mais atuais de cada área, considerando a modalidade presencial.

A Faculdade mantém como fundamento o entendimento de que os projetos pedagógicos devem ser construídos de maneira a proporcionar a articulação e orientação das ações institucionais na direção da consecução do perfil do egresso desejável. Neste sentido, os Projetos Pedagógicos conferem sentido e direção as atividades acadêmicas internas ao curso, em sintonia com os princípios educacionais e os compromissos assumidos pela Política de Ensino.,

alcançando assim um nível satisfatório de coesão interinstitucional.

Na construção dos Projetos Pedagógicos adota-se uma concepção que assume a tridimensionalidade dos conteúdos (atitudes, procedimentos e conceitos) o que deve orientar a formação de competências, concomitantemente a do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado.

A participação dos docentes na elaboração dos Projetos Pedagógicos é condição primordial para a FACULDADE SANTA TERESA, uma vez que esta participação proporciona a integração de áreas de conhecimento e expertises distintas, conferindo maior sensação de pertencimento do corpo docente as propostas pedagógicas. O envolvimento de todos na busca dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

Dentro deste entendimento, o Núcleo Docente Estruturante ocupa lugar estratégico na construção dos Projetos Pedagógicos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a resolução CONAES, onde:

Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, são as suas principais funções.

As atividades de pesquisa/iniciação científica, extensão e monitorias, são projetadas para ocorrerem em estreita correlação com o ensino, articulando atividades por meio do desenvolvimento de programas, proporcionando dessa forma, o ambiente propício, condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades requeridas, direcionando a qualidade das formações.

Os Projetos Pedagógicos preveem também a realização e articulação de propostas de estudos independentes e de atividades complementares, que se integram inclusive no plano institucional de pesquisa da Faculdade.

Outras atividades acadêmicas implementadas nos projetos pedagógicos dizem respeito à extensão e ação comunitária cujo direcionamento busca identificar as necessidades sociais para a contextualização dos projetos programas, bem como para intensificar e aperfeiçoar o ensino e a pesquisa, que possam proporcionar também a melhoria da qualidade de vida da comunidade,

além é claro, da previsão da política de estágio curricular de cada curso.

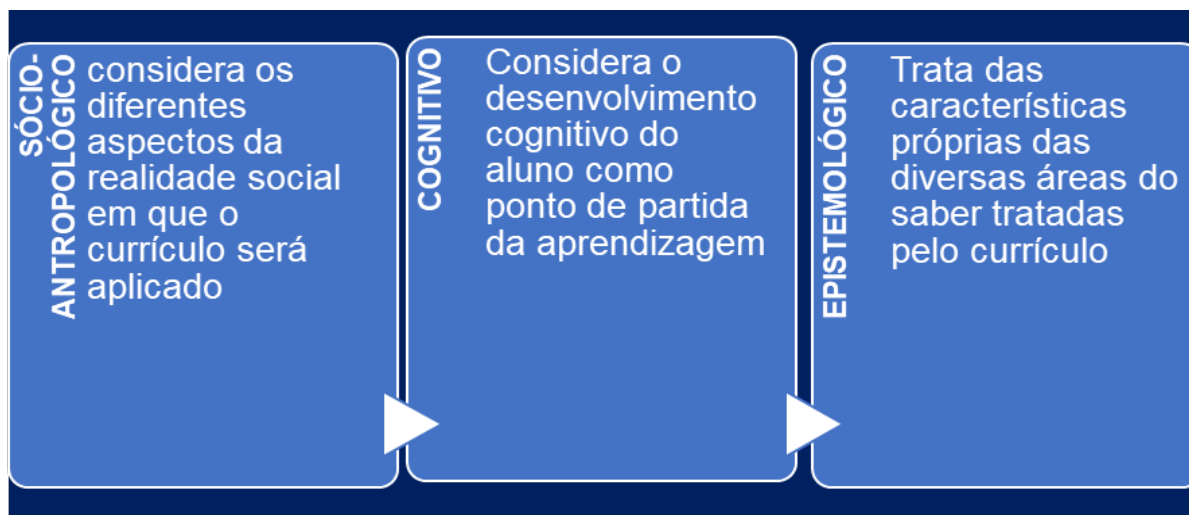
3.1.1. Critérios para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos projetos pedagógicos de curso e atualização curricular sistemática.

A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Evidentemente que não nos passa despercebido que a seleção de conteúdos é um a questão de poder. Ao selecionar determinado conteúdo para fazer parte do currículo, estar-se-á privilegiando alguns conteúdos em detrimento de outros.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos da FACULDADE SANTA TERESA deve ter em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

ORIENTADO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Os conteúdos a serem ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso de graduação



Entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O

estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- ✓ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.
- ✓ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.
- ✓ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade vivida, tendo em vista a sua transformação.
- ✓ Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas: a revisão contínua dos currículos; a atualização permanente de programas e mentas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional; a orientação acadêmica; a ampliação dos recursos de apoio ao ensino; o aperfeiçoamento docente; a qualificação docente; a criação de novos cursos; a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido periodicamente.

A Faculdade Santa Teresa observa as seguintes diretrizes na elaboração, atualização e revisão dos currículos:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;

- ✓ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- ✓ Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- ✓ Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
- ✓ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- ✓ Adequação, atualização e relevância da bibliografia.
- ✓ Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal.

3.2 AÇÕES DE APOIO AO ENSINO

Monitoria: Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES oferece o Programa de Monitoria para a modalidade presencial, como parte integrante de sua política de Ensino. O Regulamento de Monitoria se encontra em apêndice a este documento.

Nivelamento: Com o objetivo de recuperar possíveis déficits de formação dos ingressantes da FACULDADE SANTA TERESA a IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento em língua Portuguesa e Matemática Básica. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as dificuldades mais comuns encontradas, com a finalidade de fortalecer o domínio das competências básicas da língua portuguesa e da linguagem matemática, principalmente para os alunos que se encontram afastados das atividades escolares e/ou acadêmicas. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo. O Regulamento de Nivelamento se encontra em apêndice a este documento.

Ouvidoria: Sistema aberto de acolhimento de dúvidas, reclamações e elogios, disponível no site institucional, com atendimento presencial de alunos e funcionários da IES, em horário comercial.

Acessibilidade: Para a promoção da acessibilidade, a IES oferece o Plano Quinquenal de Promoção a Acessibilidade em apêndice desde documento.

Apoio Psicopedagógico: O apoio psicopedagógico da Faculdade Santa Teresa será capitaneado pelo NAPSI (Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Inclusão), cujo objetivo é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, a acessibilidade em todas as suas dimensões, principalmente a dimensão atitudinal, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

Estágios e empregabilidade: Perseguindo os seus objetivos institucionais a FACULDADE SANTA TERESA, pretende ofertar aos seus alunos uma experiência pedagógica que supere a dimensão da graduação, mais do que um diploma de graduação é objetivo da nossa IES, ofertar uma carreira, que deve se iniciar ainda quando o aluno está desenvolvendo seus estudos. Está é uma oportunidade de aprender fazendo e experimentando os dilemas do mercado de trabalho, ao tempo em que pode fazer desses desafios, objeto também de estudo na sala de aula, aliando de maneira definitiva teoria e prática. Assim o estágio poderá ser a porta de entrada do aluno no mundo de trabalho, para isso conta com muitas empresas e instituições conveniadas, de onde pode-se captar novas oportunidades no mercado.

Biblioteca. A Biblioteca da FACULDADE SANTA TERESA tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torná-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende também a comunidade externa.

3.2.1 Projetos Transversais e Interdisciplinares

A Pedagogia de Projetos é um tipo de organização curricular que confere ao trabalho pedagógico, um caráter mais integrador e menos fragmentado, Hernández e Ventura, justificam assim a presença de projetos de trabalho nos diferentes níveis de ensino:

(...) a organização dos Projetos de Trabalho se baseia fundamentalmente numa concepção da globalização entendida como um processo mais interno do que externo, no qual as relações entre os conteúdos e áreas de conhecimento têm lugar em função das necessidades que traz consigo o fato de resolver uma série de problemas que subjazem na aprendizagem. Esta seria a ideia fundamental dos projetos. A aprendizagem, nos Projetos de Trabalho, se baseia em sua significatividade (2017, p. 61)

Dentro desta proposta, temos que considerar ainda o caráter **INTERDISCIPLINAR** na abordagem do conhecimento, pois a complexidade do mundo do trabalho, o avanço das novas tecnologias, requerem de todos os futuros profissionais a habilidade de pensar em termos de complexidade no sentido descrito por Edgar Morin, que não significa a dificuldade de um determinado conteúdo, mas sim a existência de uma teia de relações, que qualquer conhecimento ou qualquer ato humano enseja. Ou seja, operar os meios de vida e de produção na construção de um saber fazer na contemporaneidade, representa aprender a pensar fora de uma lógica linear

e cronológica apenas. A **TRANSVERSALIDADE** também segue este mesmo princípio, ou seja, estão ambas as abordagens, em busca da religação de saberes, os quais foram separados pela ciência moderna em busca de sua especialização cada vez mais expressiva.

Epistemologicamente, a disciplinaridade não deixou de existir, tampouco a especialidade do saber, o que propomos é uma abordagem do conhecimento onde os meios de ensino possam tornar evidentes as múltiplas relações e conexões entre saberes que apenas aparentemente não se relacionam, e onde se possa diminuir as fronteiras que separam não só a teoria da prática, mas também separam conteúdos, disciplinas e áreas de saber.

Por esta visão, a Faculdade Santa Teresa, utiliza uma estratégia de integração onde cultura, ciência, tecnologia, gestão, relações étnicas, ambientais, econômicas, jurídicas, emocionais, dentre outras circulam em torno de um tema que será estudado em uma abordagem conceitual Inter e transversal, de onde os alunos são convidados a dialogar, trocar experiências, se integrar em outras áreas, tendo como pano de fundo a discussão de uma temática de interesse e relevância social, que potencialize a formação dos alunos e ajude a fomentar um olhar interessado, dialógico, aberto entre os acadêmicos e realidade contemporânea. Estas atividades que também se apresentam abertas a comunidade externa acontecem em sábados letivos, previstos em calendário acadêmico e são denominadas de Sábado Integrador. O Programa Sábado Integrador, está nos apêndices desde PDI.

É claro que o estímulo a interdisciplinaridade e a transversalidade não estão limitados a momentos específicos previstos em calendário, a orientação para que o tratamento dos conteúdos curriculares estejam sempre que possível e necessário conectados a outros saberes é uma orientação metodológica que ganha corpo por meio da problematização e das metodologias ativas adotadas pela IES. Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Assim, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Pedagógico possam se consolidar, indicando que o professor assuma o conhecimento e realize mediações didáticas, dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, incorporando técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, realizando o planejamento e desenvolvendo um plano de aprendizagem para as suas turmas. Indica-se também que a organização das sequencias didáticas privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber ressignificado.

3.3. Técnicas e Estratégias de Ensino

Para fazer valer o princípio de suas metodologias ativas a Faculdade Santa Teresa recomenda a utilização das seguintes técnicas e estratégias de ensino:

- ✓ Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- ✓ Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferenciada-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do data-show com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.
- ✓ Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- ✓ Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- ✓ Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas

- ✓ Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.
- ✓ Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- ✓ Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.
- ✓ Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de ações na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorecendo a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversal, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.
- ✓ Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- ✓ Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- ✓ Feiras e Exposições temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.
- ✓ Minipalestras e rodas de conversa: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As minis palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

- ✓ Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.
- ✓ Elaboração de paper / artigos científicos; banners; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.
- ✓ Gamificação do Ensino: aplicar no contexto da sala de aula, a mecânica dos jogos, na aprendizagem de novos conhecimentos, no desenvolvimento de habilidade e na fixação de conteúdos já aprendidos que, pela própria natureza do jogo, podem ser revisitados oportunizando uma nova experiência com o que já se sabe.

3.3.1 Aulas Práticas

O aluno da FACULDADE SANTA TERESA, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos, estas aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades externas de visita técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular em instituições conveniadas.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:

- ✓ As aulas práticas: nos primeiros períodos do Curso realizam-se nos laboratórios especializados nas instalações da FACULDADE SANTA TERESA e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos de cada área de conhecimento.
- ✓ As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do

conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritárias. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

- ✓ Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

3.4 Promoção de ações inovadoras de ensino

Para a FACULDADE SANTA TERESA a aprendizagem está relacionada com a atividade problematizadora, tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao **APRENDER A PENSAR E AO APRENDER A APRENDER**. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender e resolver problemas, problemas estes que provavelmente ainda nem existem no momento da formação, mas que se farão reais quando os acadêmicos estiverem no mercado de trabalho.

Nosso modelo metodológico crer que a problematização é um importante gatilho na construção das competências previstas nos perfis de egressos que orientam o percurso de formação na graduação.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a superação com modelos estritamente disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois polos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em

vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação, na seguinte lógica:

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- ✓ Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece, privilegiando a adoção de metodologias ativas.
- ✓ Assumir o princípio educativo da pesquisa e conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- ✓ Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- ✓ Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de construção e multiplicação do saber.

Para orientação do corpo docente e técnico-pedagógico da IES, a instituição disponibiliza um Manual de Metodologia da Aprendizagem, dentro dos princípios estabelecidos para a Política de Ensino.

3.5 Integração das TICS

Os atos e processos de “informar” e “comunicar” são intrínsecos a qualquer modalidade de educação e foram, durante séculos de educação formal, realizados por docentes sem outras mediações que livros, quadro-negro (ou equivalente) e giz (ou equivalente). Esta situação de

estabilidade técnica do processo educacional foi alterada no último século com inovações tecnológicas no registro, organização, armazenagem e transferência da informação.

O retroprojeto, as transparências, o mimeógrafo, os flanelógrafos, foram alguns dos recursos audiovisuais vistos como auxiliares de processos educacionais nas primeiras décadas do século XX em muitos países da América Latina, já então envolvidos com programas de cooperação técnica internacional. Enquanto os grandes computadores começavam a revolucionar as funções de registro, organização e armazenagem da informação em larga escala, pouco se poderia esperar de seu auxílio nos processos educacionais.

A pesquisa científica, sim, seria quase imediatamente transformada pela utilização desses equipamentos originalmente criados para atividades censitárias nos países industrializados. Em poucas décadas os retroprojetores se converteram em instrumentos arcaicos e praticamente desapareceu da literatura e práticas educacionais a referência a “meios audiovisuais”. A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países da Região, finalmente permitiram que essa nova “onda de inovação” alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário.

A expressão “TIC na educação” assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de “computação” em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como “informática” – inclusive “informática educativa” – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

A FACULDADE SANTA TERESA entende por TICs como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As “novas” TIC incluem equipamentos e software de computação e de telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admitimos que as Tic’s podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

3.6 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório

Na FACULDADE SANTA TERESA, a formação de seus alunos incluirá como etapa integrante da graduação o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, realizado em espaços conveniados também se constitui em uma perspectiva inovadora, uma vez que proporciona precocemente o contato do aluno com os profissionais e os ambientes com os quais futuramente terá que lidar como profissional, as atividades serão planejadas e programadas conjuntamente com o(s) professor (es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso.

O planejamento e supervisão e a avaliação das atividades de estágio serão levadas a efeito por meio de professores do corpo docente, com a corresponsabilidade da FACULDADE SANTA TERESA, observado o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário. Na FACULDADE SANTA TERESA, o Estágio Curricular Supervisionado para as graduações objetiva:

- ✓ Integrar teoria e prática a partir da inserção em espaços reais de prática profissional.
- ✓ Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;
- ✓ Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento da graduação;
- ✓ Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;
- ✓ Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades inerentes ao exercício profissional;
- ✓ Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do Curso;
- ✓ Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais na área de conhecimento;
- ✓ Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.
- ✓ O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades do estágio serão levadas a efeito sob a responsabilidade da FACULDADE SANTA TERESA, com a coparticipação da Instituição que oferecer o campo de estágio. Os campos de estágio para os alunos do Curso serão as Instituições que firmarem convênio para este fim.

Serão escolhidas, para campos de estágio, instituições que compõem a rede pública e/ou privada que possuam condições estruturais e organizacionais compatíveis com as subáreas em que deverão se desenvolver as tarefas do estagiário.

Na medida que os resultados do estágio forem sendo verificadas, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

- ✓ Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;
- ✓ Da própria reprogramação da prática com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a FACULDADE SANTA TERESA assegurará, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática.

Os estágios serão coordenados pela Coordenação de Curso em conjunto com a Coordenação de Estágio e os docentes supervisores por ela designados. Os estágios obedecerão às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao Regulamento de Estágio Obrigatório e Não-obrigatório, e ainda aos itens específicos de cada área contemplados no Regulamento específico de cada curso de graduação, documento este que se encontra nos anexos do Projeto Pedagógico do Curso.

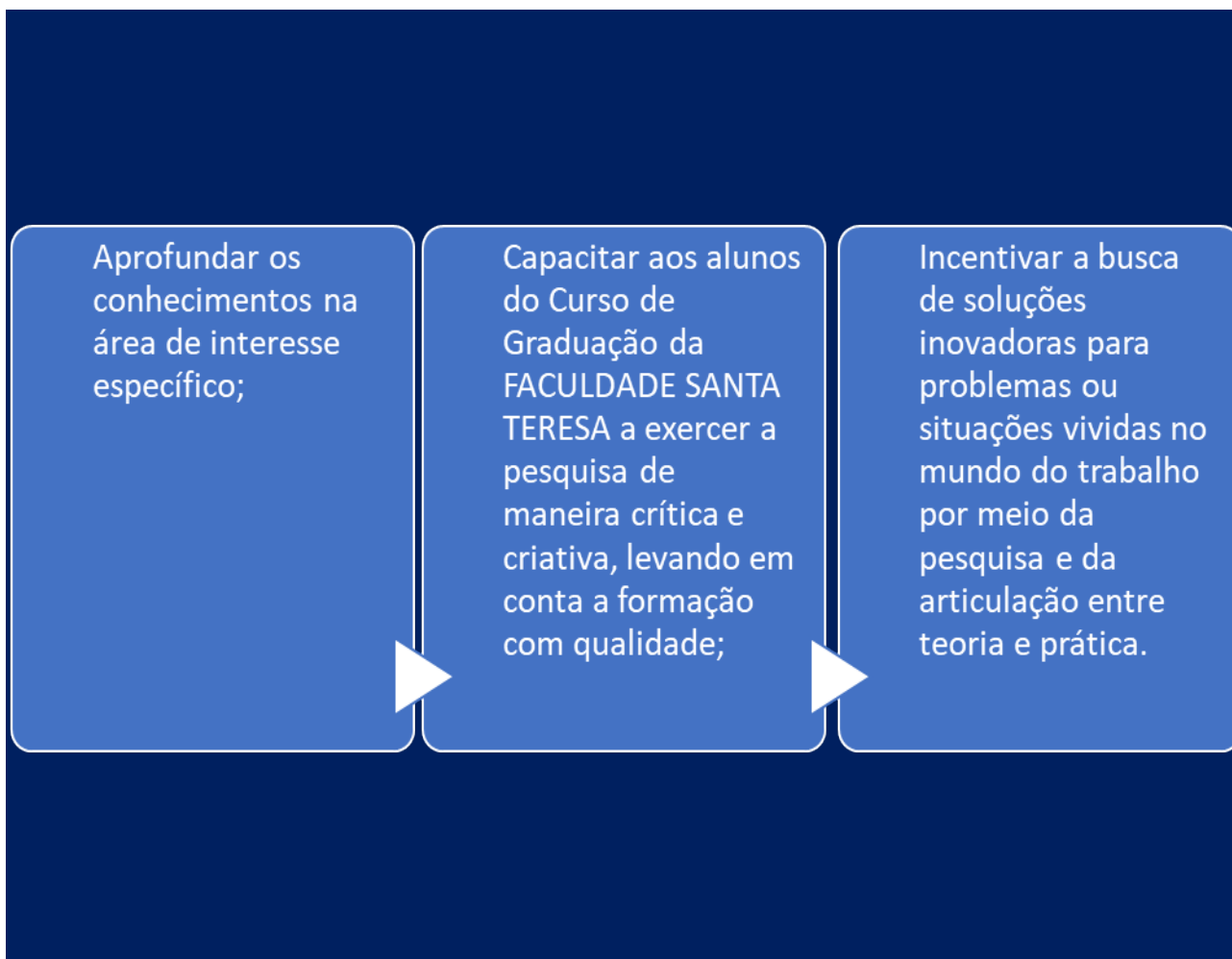
3.7 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão (TC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido nos cursos da FACULDADE SANTA TERESA. Consiste em trabalho de cunho científico, que tem o seu formato definido pelos regulamentos dos cursos de graduação em atendimento as suas especificidades, neste sentido o trabalho de conclusão poder se dá em formato de artigo científico, monografia, projetos de pesquisa, pesquisas de campo, experimentais ou bibliográficas, relatórios técnicos de experimento e/ou estágios, enfim em uma gama de possibilidades que contribua com o desenvolvimento do raciocínio científico e o domínio dos mecanismos de produção do conhecimento.

Um dos principais objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso, é o de promover a articulação transversal e/ou interdisciplinar dos conteúdos desenvolvidos ao longo de um percurso de formação, com vista a discussão teórico/prática em torno de uma problemática ou investigação, fortalecendo o senso crítico e as habilidades relativas à produção e a comunicação técnico-científica.

Pretende-se levar o aluno a compreender a realidade social de maneira crítica diante das contradições que se expressam no espaço escolar, esse processo insere-se na discussão da formação profissional, onde em termos de capacitação profissional, o Trabalho de Conclusão de Curso inserir o discente nos processos de produção da ciência, do saber e do conhecimento.

O trabalho de Conclusão de Curso possui os seguintes objetivos:



De um modo geral, para a sua operacionalização o professor-orientador estabelecerá uma carga horária semanal, com o orientando para as orientações necessárias tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido a execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho.

A avaliação do trabalho dar-se-á pela submissão do mesmo a uma comissão estabelecida pelo professor orientador do trabalho, constituída de professores e profissionais que analisarão o trabalho proposto, sua viabilidade e seu desenvolvimento. O Trabalho de Curso deverá ser encaminhado em quatro cópias, e entregue com quinze dias antes do processo avaliativo a ser

marcado pelo professor orientador do trabalho. Para a organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso, existe regulamento específico anexo ao Projeto Político Pedagógico do Curso.

3.8 Avaliação da Aprendizagem

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma.

Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências, conforme afirma o indicador referente aos processos de avaliação da aprendizagem presentes no Instrumento de Avaliação MEC/INEP, ou seja, conceber um processo avaliativo onde:

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, previstos para os processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, possibilitando o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e implicam informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua

natureza formativa, sendo planejadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes. Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque incluem para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve

incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

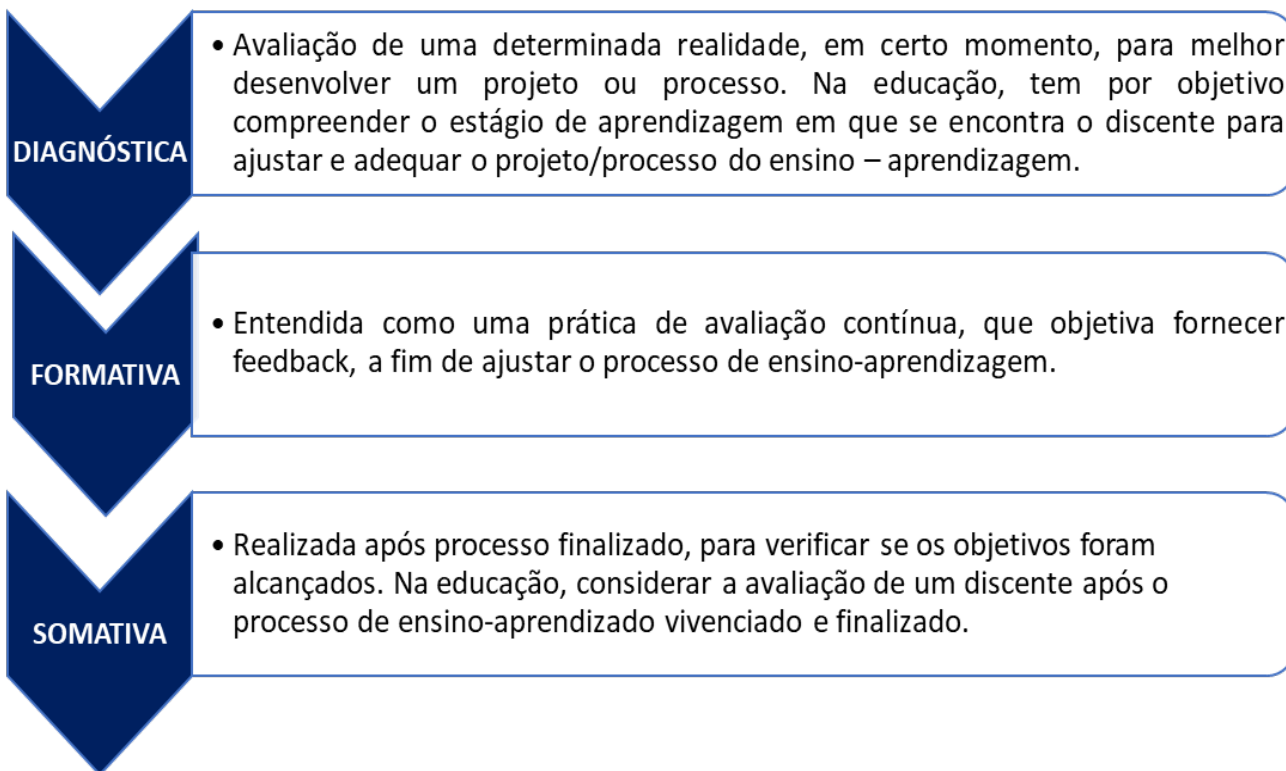
Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das Tic's, as atividades de simulações, os protocolos de observação, a autoavaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A autoavaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação dos componentes curriculares, será realizada em três momentos articulados:



3.8.1 Sistemática de Avaliação da Aprendizagem na Faculdade Santa Teresa

A FACULDADE SANTA TERESA, trabalha com o Conceito de Avaliação Orientada para o desenvolvimento de competências, neste escopo, o conceito de rendimento acadêmico compreende o resultado do processo avaliativo, relativo à média das notas obtidas nas **Avaliações de Desempenho Parcial (ADPs)**, que serão realizadas no total de três (ADP1; ADP2;), ao longo do semestre e da **Avaliação de Desempenho Global (ADG)**, esta última realizada ao final do semestre letivo. Chamamos de SIADE (Sistema de Avaliação por Desempenho), a sistemática de avaliação da aprendizagem na Faculdade Santa Teresa. Um sistema de avaliação considera que as avaliações não são momentos estanque do processo ensino-aprendizagem, mas sim um processo dinâmico, em articulação com as metodologias de ensino, típicos da construção do conhecimento.

Como já afirmamos anteriormente, nossa proposta reside na intenção de tornar a aprendizagem visível aos alunos e professores, transformando a avaliação em momento de autoavaliação também, destacando assim a dimensão pedagógica do ato de avaliar, tornando o erro o ponto de partida para novas aprendizagens, como nos indica a tradição teórica acerca da avaliação.

Assim, considerando as orientações do SIADE (Sistema de Avaliação de Desempenho), tendo no horizonte as recomendações dos documentos oficiais e as discussões mais atuais acerca da avaliação da aprendizagem, ressaltando fundamentalmente o aspecto formativo da avaliação, a FACULDADE SANTA TERESA, orienta que a avaliação da aprendizagem deve acontecer ao longo do processo de ensino-aprendizagem ofertando ao professor mecanismos de identificação das dificuldades e dos avanços de suas turmas.

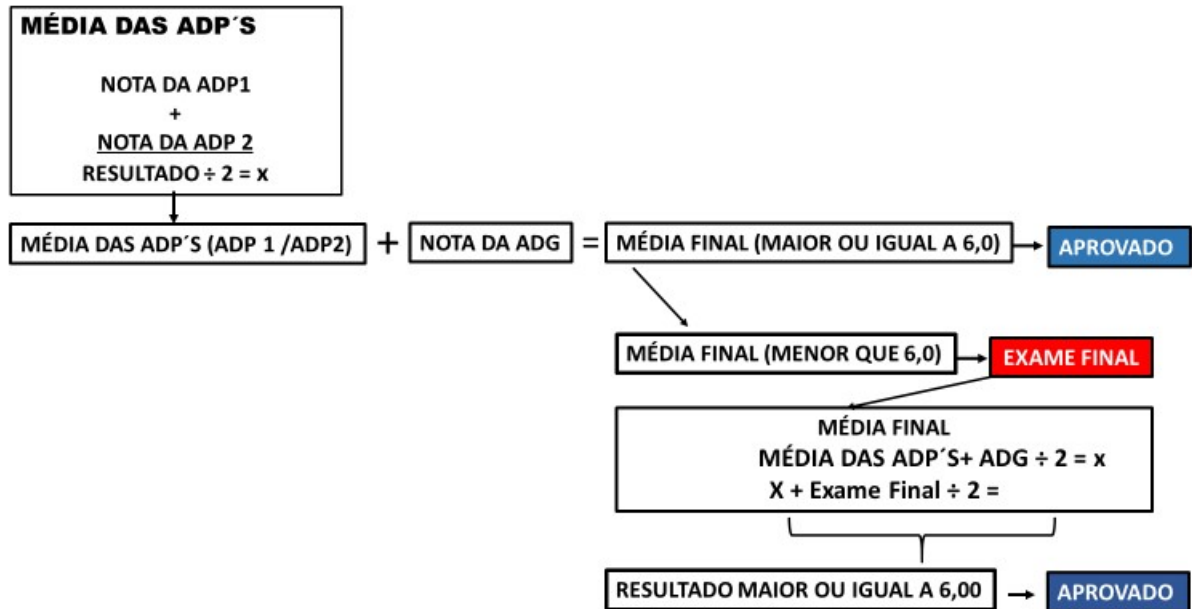
Vale ressaltar que as ADG's Avaliações de Desempenho Global, são avaliações de caráter interdisciplinar, onde devem ser avaliadas as competências previstas no Plano de Aprendizagem, para tanto os professores formulam as questões por meio de um formulário próprio, estes formulários preenchidos por sua vez são avaliados pelo NDE, e depois as Avaliações são geradas com a ajuda de um software livre para este fim.

Todas as avaliações de desempenho estão previstas em calendário e está assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, o que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial.

Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula no semestre subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial. Para orientação dos procedimentos de avaliação da aprendizagem a IES disponibiliza seu Manual de Avaliação da Aprendizagem aos docentes e pessoal técnico-pedagógico. Para a orientação dos alunos existe um Regulamento da Avaliação da Aprendizagem e o já mencionado Manual de Avaliação da aprendizagem a disposição da comunidade acadêmica interna.

De maneira didática o desenvolvimento do SIADE dar-se-á assim:

SIADE



As Avaliações Parciais de Desempenho estão assim desenhadas:

A AVALIAÇÃO POR COMPETÊNCIA EXIGE AVALIAR:

HABILIDADES

- PREVISTAS NAS DCN'S

CONCEITOS

- PREVISTAS NAS DCN'S

ATITUDES

- PREVISTAS NAS DCN'S

PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO **SOMATIVA, FORMATIVA E PROCESSUAL** (CONFORME PRECONIA O DOC DE AVALIAÇÃO DO MEC) QUE ENVOLVA UM ESCOPO SIGNIFICATIVO DE **COMPETÊNCIAS** DEVE-SE CONSIDERAR DIFERENTES INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

ADP1

5 PONTOS NO MODELO DISSERTATIVO
5 PONTOS PARA UMA AVALIAÇÃO A CRITÉRIO DOCENTE COMO ESTUDO DE CASO, JURI SIMULADOS, PESQUISAS, VISITAS TÉCNICAS, TRABALHOS EM GRUPO.

ADP2

5 PONTOS NO MODELO DE RESPOSTA AO ITEM (TRI/ENADE) +
5 PONTOS PARA UMA AVALIAÇÃO A CRITÉRIO DOCENTE COMO ESTUDO DE CASO, JURI SIMULADOS, PESQUISAS, VISITAS TÉCNICAS, TRABALHOS EM GRUPO.

MÉDIA DAS ADPS (adp1 E adp2) + ADG = NOTA FINAL

Para o acompanhamento do SIADE, o aluno responde pelo aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

3.9 Políticas institucionais de extensão

Tendo em vista as Políticas de Extensão, considerando a missão institucional prevista no PDI, e ainda o ato autorizativo em questão “Credenciamento na modalidade presencial e a distância”, a Faculdade Santa Teresa projeta inicialmente os seguintes objetivos de trabalho:

3.9.1 Práticas de extensão

- ✓ Implantar a Política Institucional e ações acadêmico-administrativas para a extensão, considerando os aspectos de apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações
- ✓ Implantar o Núcleo de Extensão da Faculdade Santa Teresa.
- ✓ Implantar a Política de Relacionamento com a Comunidade externa e interna, incluindo a criação de mecanismos de relacionamento virtual e de atendimento, para a divulgação de cursos, de ações extensionistas.

3.9.2 Formas de Operacionalização da Extensão

A extensão da IES é definida, como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

Sendo assim a Extensão é tradicionalmente entendida como parte de um tripé, o qual deve fornecer as bases de sustentação da educação superior – a saber: ensino, pesquisa e extensão. A Faculdade Santa Teresa entende a Extensão Universitária como uma ação educativa que possui enorme potencial para interpretar, na IES, as demandas que a sociedade impõe, devendo a mesma ser mecanismo de socialização do conhecimento, a partir da promoção do “diálogo” entre o saber científico e o saber popular na busca de uma sociedade que traga mais dignidade e solidariedade à vida das pessoas.

Áreas de Conhecimento e Forma de Operacionalização da Extensão.

Para a classificação das atividades de extensão e modos de operacionalização tomamos como base a divisão das áreas do conhecimento as áreas propostas pelo CNPQ, as quais forneceram o agrupamento para as atividades de extensão e a prestação de serviços à comunidade da FACULDADE SANTA TERESA, tendo em vista os cursos solicitados para o credenciamento e os cursos da fase de expansão previstos no PDI. São elas:

- ▶ Ciências Biológicas;
- ▶ Ciências da Saúde;
- ▶ Ciências Sociais;
- ▶ Ciências humanas;
- ▶ Ciências Sociais e Sociais aplicadas.

As áreas temáticas são os campos de atuação da Extensão, as quais orientarão as Linhas de Extensão, conforme vocação da SANTA TERESA.

Assume-se como referência para o desenvolvimento das ações de Extensão as seguintes áreas temáticas:

- ▶ Comunicação;
- ▶ Cultura;
- ▶ Direitos Humanos e Justiça;
- ▶ Educação;
- ▶ Meio ambiente e sustentabilidade
- ▶ Saúde;
- ▶ Tecnologia; Produção e Inovação;
- ▶ Trabalho e Empreendedorismo;
- ▶ Gestão; Carreiras e Liderança;
- ▶ Macro e Microeconomia;
- ▶ Saúde mental e qualidade de vida.

Linhas de Extensão

As Linhas de Extensão possibilitam o desenvolvimento de ações de extensão nas diversas modalidades – programas, projetos, prestação de serviços, realização de cursos e eventos – voltadas para a discussão, planejamento, implementação e avaliação visando a formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área e a produção e divulgação de informações, (conhecimentos e material didático na área).

Desse modo, cada ação estará vinculada a uma linha de extensão.

Quadro 1 - Linhas de Extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de Extensão Universitária, e formas de operacionalização mais frequentes.

LINHAS DE EXTENSÃO		FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO
1.	Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
2.	Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3.	Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4.	Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
5.	Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
6.	Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
7.	Desenvolvimento de produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
8.	Desenvolvimento regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à

		elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
9.	Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10.	Desenvolvimento tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11.	Desenvolvimento urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12.	Direitos individuais e coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e

		jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13.	Educação profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
14.	Empreendedorismo	Constituição, pré-incubadoras, incubadoras de empresas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a proatividade.
15.	Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16	Espaços de ciência	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
17	Fármacos e medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
18	Formação de professores (formação docente)	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
19	Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções

		caseiras, dentre outros).
20.	Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
21.	Gestão Organizacional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não-governamentais.
22.	Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
23.	Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
24.	Infância e adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
25.	Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
26.	Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc.), emancipação e inclusão; educação formal e não formal;

		promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
27.	Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
28.	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional
29.	Mídias-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
30.	Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc...); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
31.	Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
32.	Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
33.	Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização,

		manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
34.	Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
35	Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
36	Recursos hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a
37	Resíduos sólidos	Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros

		sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
38	Saúde da família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
39	Saúde e proteção no trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
40.	Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
41.	Segurança alimentar e nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
42.	Segurança pública e defesa social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
43.	Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes

		impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
44.	Desenvolvimento humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.
45.	Terceira idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
46.	Uso de drogas e dependência química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

3.9.1 Formas de Operacionalização da Extensão

As modalidades de Extensão evidenciam as possibilidades de implementação da ação dentro de uma área temática. Desse modo, a Extensão Universitária na SANTA TERESA far-se-á nas modalidades de: Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços.

- ✓ **Programas:** O programa é um conjunto de projetos que, mesmo criados a partir de diferentes iniciativas, se integram, superando a fragmentação, preferencialmente, integradas ao ensino e à pesquisa, oportunizando a interdisciplinaridade e ação conjunta entre os Cursos de Graduação e Pós-graduação da SANTA TERESA. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para a conquista de um objetivo comum, sendo executado a médio e/ou longo prazo. Ao participar de um programa, alunos e professores ampliarão sua visão interdisciplinar e seu campo de atuação acadêmica e comunitária. O Programa não se vincula a um departamento ou curso específico, mas, dependendo de sua natureza, pode perpassar por vários desses na Instituição e se fundamentam em leituras e discussões coletivas acerca da realidade social do entorno. O diálogo deverá ser o alicerce dos Programas. Os membros integrantes devem promover um diálogo cuidadoso e criterioso, refletindo sempre sobre as ações implantadas com o objetivo de aperfeiçoá-las e alcançar os resultados esperados. De igual modo, o diálogo

deve ser estendido à comunidade, ONG's, instituições públicas e empresas que, embora não sejam participantes do meio acadêmico, acabam interagindo com os professores e alunos, contribuindo, de modo eficaz, para a realização dos objetivos propostos pelo Programa. A articulação dos projetos em um Programa deverá otimizar a aplicação dos recursos financeiros investidos, visto que as atividades serão mais bem planejadas, evitando repetições de projetos com atuação a partir dos mesmos problemas.

- ✓ **Projetos:** Projeto é entendido aqui como o conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma planejada, com objetivos e periodicidade definida, podendo ser vinculados ou não a programas. Os projetos envolvem docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários) e servidores técnico-administrativos, desenvolvidas junto à comunidade, mediante ações processuais contínuas. O projeto de extensão representa a garantia da realização ordenada de todas as atividades indispensáveis à consecução dos propósitos pretendidos. Os projetos serão classificados em: vinculado a um programa (forma preferencial) e não vinculado a programa (projeto isolado). São muitas as modalidades de extensão para as quais podem ser elaborados projetos: cursos, eventos, atividades complementares e outras. No entanto, para todas é necessário que haja clareza e objetividade nas informações de forma a não deixar dúvidas sobre os objetivos ou a viabilidade do projeto. Os Projetos de Extensão poderão ser constituídos por cursos, eventos, atividades complementares e outras, articulados entre si. Quando um curso, evento e prestação de serviço for realizado de forma isolada não se constituirá em Projeto. Entende-se que todo projeto de extensão deve redundar, pelo menos, em um artigo a ser publicado. Os Projetos de Extensão poderão ser encaminhados e/ou indicados em qualquer época do ano e terão duração mínima determinada pela coordenação do curso. Aqueles propostos por discentes terão caráter de Projeto permanente. Os resultados dos Projetos de Extensão deverão ser divulgados pelo coordenador do projeto em concordância com a coordenação do curso, através de apresentação em eventos e/ou publicações técnico-científicas sejam eles permanentes ou não. Poderão ainda ser contemplados com auxílio deverão ser divulgados em eventos promovidos pela Instituição ou outro, mesmo que sejam os resultados parciais, articulados entre si. Quando um curso, evento e prestação de serviço for realizado de forma isolada não se constituirá em Projeto. Entende-se que todo projeto de extensão deve redundar, pelo menos, em um artigo a ser publicado.

- ✓ **Cursos:** Curso é entendido como o conjunto articulado de ações pedagógicas, planejadas e organizadas de forma sistemática, de caráter extracurricular, teórico e/ou prático, presencial e/ou à distância, incluindo carga horária e processo de avaliação formal.

Os cursos são classificados por:

I - Modalidade

a) Curso presencial: em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas com a presença simultânea de alunos e professor durante toda a carga horária.

II – Natureza

a) iniciação - objetiva principalmente oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento;

b) atualização - objetiva, principalmente, atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento;

c) treinamento e qualificação profissional – objetiva, principalmente, treinar e capacitar em atividades profissionais específicas;

d) aperfeiçoamento - é um sistema organizado de uma ou mais disciplinas, visa aprofundar conhecimentos em campo determinado, com carga horária mínima de 120h, e ministrado somente a alunos graduados;

e) especialização - é um sistema organizado de uma ou mais disciplinas, ministrado somente a alunos graduados, que visa qualificar profissionais em campo determinado de conhecimento, com carga horária mínima de 360h. A Prestação de Serviços realizada como curso será registrada como curso.

- ✓ **Eventos:** Os eventos se configuram como propostas com caráter educativo, esportivo, cultural, social, científico, artístico ou tecnológico, sem necessariamente possuir o caráter de continuidade. São desenvolvidos de forma planejada com objetivos e período de curto prazo. Incluem-se na categoria de eventos na SANTA TERESA: congressos, semanas, jornadas, palestra, conferência, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival, excursão e campanha. Os Congressos são eventos de âmbito regional, nacional ou internacional, com duração entre 3 e 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Os congressos abrangem um conjunto de atividades como: mesas-redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas / workshop, sessões de temas livres e outros. Incluem-se

nesta classificação os eventos de grande porte, como conferência nacional de..., semana de..., reunião anual de..., etc. Os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também, ser registrados e certificados. As semanas são eventos de caráter local, com duração mínima de 3 dias, que reúne participantes de diferentes segmentos. As jornadas ou similares são eventos de caráter científico e/ou profissional de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (1 a 3 dias), quanto em número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação os eventos de médio porte, como seminário, encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião (maior que 8h).

- ✓ **Palestras, conferências ou similares:** são eventos científicos de âmbito menor do que a jornada, em termos de duração (menor que 8 horas). Incluem-se nessa classificação os eventos de pequeno porte, como palestra, debate, mesa-redonda, minicurso, reunião ou oficina, com carga horária menor que 8 horas. A conferência se caracteriza por ser um tipo formal de apresentação feita por convidados especiais, geralmente uma figura de destaque na área. A palestra se caracteriza por ser um tipo formal de apresentação feita por convidados especiais, geralmente uma figura de destaque na área. Difere da conferência apenas por permitir o debate do palestrante com a plateia. A mesa redonda consiste na apresentação, por um número restrito de pesquisadores convidados (3 a 5), de um tema comum que, ao final, é debatido com a plateia.
- ✓ **Oficina** é um conjunto de atividades de caráter prático, que visa desenvolver determinadas habilidades e conhecimentos em uma área específica, incluindo: workshop, oficina e laboratório. Os ciclos de debates são encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui-se nessa categoria: Ciclo de..., Circuito..., entre outros.
- ✓ **Exposição** se constitui em exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral, é utilizada para a promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, dia, lançamento, entre outras.
- ✓ **Espetáculos** se caracterizam como demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical, entre outras.
- ✓ **Evento esportivo** inclui campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva, entre outros.
- ✓ **Festivais** são ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas. As Campanhas são uma ação pontual de mobilização e divulgação que visa a um objetivo definido. A Excursão é definida

como uma ação que tem por finalidade apresentar aspectos pedagógicos multidisciplinares.

Os Eventos deverão, prioritariamente, ser previstos no calendário acadêmico.

▶ Prestação de Serviços:

Trata-se de trabalho prestado à comunidade interna e/ou externa. Favorece o aprendizado prático dos estudantes, envolvendo-os em projetos específicos de cunho institucional, social, técnico e/ou cultural, realizados pelos Escritórios Técnicos, Laboratórios, Clínicas, Incubadoras, Agências Produtoras (marketing, comunicação), TV e Rádio. As ações de Extensão denominadas “prestação de serviço” poderão gerar recursos alternativos para a instituição.

A Prestação de Serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço é oferecida como “curso” ou “projeto de extensão”, deve ser registrada como tal (curso ou projeto).

São exemplos de Prestação de Serviços:

a) **Atendimentos ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia:** total de público atendido em visita a espaços e museus de cultura, ciência e tecnologia da Instituição. Inclui: visitas a museus, centros de memória, jardim botânico, estação ecológica, observatório, planetário, museus de ciência, clube, entre outros.

b) **Serviços Eventuais**

B1. Consultoria - análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situações e/ ou temas específicos.

B2. Assessoria – assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimentos especializados.

B3. Curadoria – organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro.

B4. Outros - incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais.

C) **Atividades de Propriedade Intelectual:** total de atividades de proteção e transferência dos direitos de propriedade intelectual.

C1. Patentes – depósito de patentes e modelos de utilidades.

C2. Softwares – registro de marcas e softwares.

C3. Tecnologia – contratos de transferência de tecnologia.

C4. Direitos Autorais – registros de direitos autorais.

C5. Exames e Laudos Técnicos – exames, perícias e laudos realizados em laboratórios / departamentos, envolvendo pessoal do quadro da Instituição, que oferecem serviço permanente. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental e outros.

C6. Atendimento Jurídico – Atendimento a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.

a) Registros das Ações de Extensão

As publicações e outros produtos acadêmicos são compreendidos como resultado advindo das ações de extensão produzidos no âmbito da instituição de ensino superior e deverão ser registrados. Os registros de produto acadêmico visam difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica. Incluem-se aqui publicações e produtos resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Os produtos acadêmicos passíveis de registro classificam-se em:

- ✓ Publicações e produtos acadêmicos: caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica;
- ✓ Livro e capítulos de livros: produção efetivada;
- ✓ Manual: inclui Cartilhas, Livrete ou Libreto, Fascículos, Cadernos, Boletins;
- ✓ Jornal, revista: Periódico de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações.
- ✓ Artigo: inclui artigos em periódicos e trabalhos completos em congressos (publicados);
- ✓ Anais: inclui anais e resumos publicados em Anais de Congressos;
- ✓ Relatório técnico: publicações ou relatórios de produção, relatório de tecnologias e de metodologias de extensão;
- ✓ Produto audiovisual e outros: inclui filmes, vídeos, CDs, DVDs, etc..
- ✓ Programa de TV e rádio: programas produzidos com caráter de difusão em TV e rádio. Aplicativo para computador: software;
- ✓ Jogo educativo;

- ✓ Produto artístico: incluem-se partituras, arranjos, musicais, gravuras, textos teatrais, entre outros.

b) Núcleo de Extensão – NEXT/SANTA TERESA

O Núcleo de Extensão (NEXT) está ligado à Direção Acadêmica, e é responsável pelo fomento das atividades de extensão da SANTA TERESA. O NEXT/SANTA TERESA possui regulamento próprio, sendo responsável por:

- ✓ Acompanhar e manter registro atualizado do andamento das atividades do núcleo;
- ✓ Apresentar à Diretoria Acadêmica relatórios periódicos das atividades realizadas e promovidas;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regulamento e as demais normas pertinentes;
- ✓ Identificar as necessidades das comunidades internas e externas para execução de programas, projetos e cursos;
- ✓ Promover e estruturar atividades de extensão, junto com os coordenadores de graduação e pós-graduação;
- ✓ Coordenar as ações de formação (educação) continuada em parceria com o diretor acadêmico e os coordenadores de curso.

c) Encaminhamento de Propostas de Extensão:

As propostas para a realização de ações de extensão deverão ser encaminhadas ao NEXT nos moldes dos formulários eletrônicos disponíveis na página virtual. Cada atividade proposta deverá ter um responsável pela unidade de propósitos, o que se responsabilizará pelo acompanhamento dos processos e avaliação dos resultados.

As atividades de Extensão poderão assumir caráter permanente, desde que recomendados pelos colegiados dos cursos de graduação da SANTA TERESA e deferido pelo Conselho Superior. Caso o(s) proponente(s) ou participante(s) de alguma das atividades de extensão esteja(m) inadimplente(s) com relação a outras atividades veiculadas na Faculdade, a proposta não será analisada, até que a pendência seja solucionada.

As propostas de ações de extensão envolvendo captação de recursos deverão ser encaminhadas ao NEXT, no prazo de 120 (cento e vinte) dias e as demais no prazo de 90 (noventa) dias, antes do início da atividade, para análise e aprovação. Apenas as atividades cadastradas no NEXT poderão ter deliberação de financiamentos e custeios. Qualquer alteração em proposta aprovada, mesmo que em relação aos participantes e ao recurso financeiro, deverá ser encaminhada ao NEXT para ser (re) analisada.

d) Elaboração de Propostas de Extensão:

Poderão ser encaminhados ao NEXT/SANTA TERESA, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão.

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos, além de outros que julgar relevantes:

Coerência com a missão e valores institucionais;

- ✓ Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática; c) relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- ✓ Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- ✓ Caráter globalizante e sistemático (continuidade temporal);
- ✓ Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- ✓ Previsão de parcerias internas e externas e de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- ✓ Caráter Inter e/ou multidisciplinar; e
- ✓ Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

e) Tramitação das Propostas de Extensão:

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- I – Em tramitação (TR);
- II – Não iniciado (NI);
- III – Em andamento (AN);
- IV – Interrompido temporariamente (IT);
- V – Interrompido definitivamente (ID);
- VI – Encerrado (EN);
- VII – Concluído (CO); e
- VIII – Cancelado (CA).

f) Participantes das Atividades de Extensão:

Os Projetos de Extensão envolverão um Coordenador de projeto e demais participantes. A Coordenação do Projeto de Extensão deverá ser executada exclusivamente por docentes e técnicos de nível superior, pertencentes ao quadro efetivo da SANTA TERESA. Docentes do quadro temporário, discentes e pessoas da comunidade sem vínculo com a SANTA TERESA, somente poderão figurar como proponentes mediante autorização superior.

Poderão participar das Atividades de Extensão pessoas sem vínculo com a SANTA TERESA tais como profissionais liberais, professores de outras instituições, inclusive da educação básica ou outros julgados pertinentes pelo Coordenador do projeto, desde que não haja ônus para a Instituição. A inclusão/exclusão de pessoas sem vínculo com a Faculdade em Projetos de Extensão far-se-á mediante requerimento ao Coordenador do projeto, que tomará as providências necessárias.

Os encargos atribuídos aos docentes, nos Projetos de Extensão, serão computados na carga horária de trabalho dos mesmos com o valor semanal de duas horas de atividade. Os encargos atribuídos aos técnico-administrativos nas Atividades de Extensão serão computados na carga horária de trabalho deles. É vedada a participação de técnico-administrativo quando este vier a comprometer a sua atividade principal e/ou caracterizar-se como desvio de função.

Os Docentes que pretendam ser incluídos ou excluídos em Atividades de Extensão deverão encaminhar requerimento ao Coordenador do Projeto, indicando a carga horária de dedicação ao mesmo, o qual será remetido à Coordenação de Curso para análise. A inclusão/exclusão de pessoal técnico administrativo em Projetos de Extensão já aprovados, deverá ser feita com o Coordenador do Projeto. O envolvimento de discentes nos Projetos de Extensão é obrigatório. Far-se-á mediante atribuição de carga horária, bolsa oriunda de convênios ou como participação voluntária.

g) Acompanhamento e Avaliação das Ações de Extensão:

O acompanhamento das Atividades de Extensão será feito com base nos Relatórios Anuais apresentados pelo (s) Coordenador (es) orientador (es) em formulários para relatório periódico fornecidos pelo NEXT/SANTA TERESA. O Relatório final de cada atividade de Extensão deverá ser entregue ao final das mesmas, contendo os itens propostos pelo formulário eletrônico. Os órgãos proponentes e participantes das Atividades de Extensão deverão avaliar o relatório final quanto ao cumprimento dos objetivos propostos e a contribuição da execução para o ensino, a pesquisa e a prática profissional.

h) Certificação de Extensão

Serão emitidos certificados de participação ou declarações aos participantes envolvidos nas atividades de extensão conforme a natureza da mesma. Aos docentes, técnicos da SANTA TERESA e aos profissionais de outras instituições poderá ser emitido um certificado de reconhecimento pelos serviços prestados. A emissão dos certificados e/ou declarações variará conforme a modalidade da atividade de extensão.

Os certificados e/ou declarações será assinado pelo Coordenador da ação de extensão, a partir dos Relatórios, constando a carga horária total de atividades desenvolvidas nos períodos. Nestes deverão conter o nome da instituição onde foi realizado, descrição do curso, carga horária e natureza do envolvimento do participante, tendo em vista seu aproveitamento nas atividades complementares previstas nos Projetos Pedagógicos. Terão direito ao certificado de curso de extensão, os inscritos que, comprovadamente, mediante o relatório final, tenham obtido frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades programadas e aproveitamento satisfatório, se houver avaliação formal estabelecida na proposta do curso.

3.10 Políticas institucionais de estímulo a produções acadêmicas.

As ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas consideradas como tais as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão executadas pela FACULDADE SANTA TERESA, considerando Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento, no qual prevê ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito nacional e internacional.

O Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento da FACULDADE SANTA TERESA, apresenta os seguintes objetivos:

OBJETIVOS:

- ✓ Implantar o Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento.
- ✓ Criar o Conselho Editorial da Faculdade Santa Teresa.
- ✓ Estimular, sobretudo na comunicação universitária, a produção e a circulação de obras de interesse científico, cultural e didático.
- ✓ Editar materiais gráficos e não gráficos aprovados pelo Conselho Editorial.
- ✓ Publicar material de interesse institucional, além de dar suporte a outras produções originárias de pesquisa, ou obras de relevância artística e cultural.

- ✓ Promover concursos, eventos, reuniões científicas e culturais no âmbito da Faculdade Santa Teresa.
- ✓ Construir espaço virtual e repositório para difusão de trabalhos de cunho técnico- científico produzidos no âmbito da IES e fora dela.

3.11 Programas de apoio à realização de eventos internos e externos e a produção discente

A FACULDADE SANTA TERESA, prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Amazonas, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Direção Geral em conjunto com a Diretoria de Ensino e COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas.

O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.

- ✓ A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.
- ✓ A abrangência do evento, duração e público estimado.
- ✓ A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.
- ✓ Priorizar-se-á, para o apoio, eventos promovidos por sociedades científicas e consolidados quanto à periodicidade e regularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto, como toda projeção, é um conjunto de princípios que devem nortear a ação pedagógica na Instituição. Como toda proposta no campo da educação é repleta de incertezas, porque viver é incerto, e a educação é nada mais do que uma mostra da vida. Assim é aberta e flexível ao novo.

Sua função é fornecer sentido e direção ao trabalho pedagógico, sem o que o objetivo de todos nós que é ensinar não se realiza. Não existe ensino sem técnica, conhecimento e sensibilidade. Esperamos novas contribuições, novas versões desse Projeto, e elas certamente virão, por meio do engajamento e da compreensão de que educar é um ato sobretudo coletivo, e que todos têm um papel a desempenhar, basta querer e ousar.